

INDÚSTRIA AUDIOVISUAL, FINANCIAMENTO, E PROFISSIONALIZAÇÃO

João Paulo Rodrigues Matta¹

Resumo: Até 2006, as políticas de financiamento para a indústria audiovisual brasileira se restringiam a alternativas não reembolsáveis. A partir desse ano, trabalho articulado entre o Ministério da Cultura, a Agência Nacional de Cinema e o BNDES possibilitou o surgimento de novos mecanismos reembolsáveis, com destaque para o Fundo Setorial do Audiovisual e o Programa BNDES PROCULT, estimulando a profissionalização da atividade. Este trabalho objetiva discutir a importância e o efeito desses mecanismos para o fomento do setor audiovisual no Brasil.

Palavras-chave: indústria audiovisual – Brasil; políticas culturais; fomento; financiamento; profissionalização.

INTRODUÇÃO

Depois que o Ministério da Cultura (MINC), em 2003, lançou as bases de uma política que pensava a cultura como vetor de desenvolvimento sustentável, considerando a perspectiva e importância da economia da cultura, gradualmente foi ficando claro que os mecanismos de fomento existentes, calcados na renúncia fiscal e excessivamente concentrados no apoio à produção, eram insuficientes para impulsionar o progresso da indústria audiovisual brasileira. Até 2006, as políticas de financiamento para a indústria audiovisual brasileira se restringiam a alternativas não reembolsáveis. A partir daquele ano, trabalho articulado entre o MINC, a Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) possibilitou o surgimento de novos mecanismos reembolsáveis, com destaque para o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e o Programa BNDES PROCULT, estimulando a profissionalização da atividade.

Este trabalho objetiva discutir a importância e o efeito desses novos mecanismos de financiamento lançados a partir de 2006 (especialmente FSA e BNDES PROCULT)

¹ Doutorando no PÓS-CULTURA-UFBA; pesquisador do CULT-UFBA; e Analista de Desenvolvimento da DESENBAHIA. E-mail: jpmatta@terra.com.br.



e como eles fazem parte de uma política de fomento articulada que tem estimulado o desenvolvimento e a profissionalização da indústria audiovisual brasileira.

PENSANDO A COMPLEXIDADE DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL

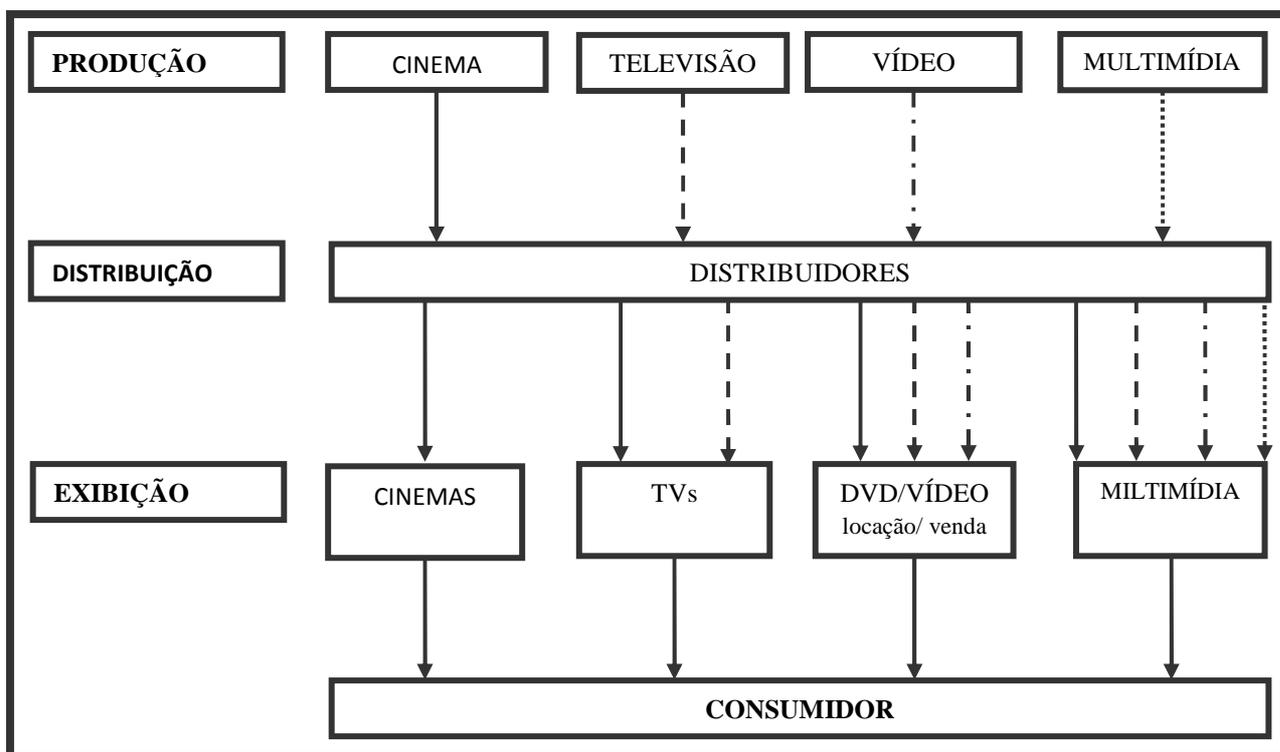
A complexa indústria de produtos e serviços audiovisuais, que se organiza em cadeias independentes e inter-relacionadas que abarcam as etapas de produção, distribuição e exibição de conteúdos multiplataforma e dita os rumos da contemporaneidade, tem sido pensada como atividade econômica e vetor fundamental para o desenvolvimento sustentável da sociedade há pouco tempo, no Brasil. Isso começou a acontecer mais fortemente na virada dos anos 2000, com a evolução da convergência audiovisual e digital condicionando a lógica multiplataforma e fazendo com que grandes grupos empresariais de comunicação, como as Organizações Globo, desenvolvessem atividades não só na televisão aberta, mas na televisão fechada, cinema, internet. Do ponto de vista da política pública federal, a criação e efetivação da ANCINE, em 2001, é um marco de reconhecimento da importância sócio-econômica da indústria audiovisual, mesmo que a agência tenha sido formatada com um escopo de atuação restrito e equivocado do ponto de vista econômico. A estrutura geral da cadeia produtiva audiovisual e a descrição de suas principais categorias de produção estão na Figura 01.

É só a partir de 2003, no governo Lula, sob a liderança de Gilberto Gil no MINC, que as políticas públicas federais começam a pensar a complexidade econômica da indústria audiovisual, ilustrada na Figura 01. Isso se dá de forma sistemática na medida em que o Ministério institucionaliza a perspectiva da economia da cultura. Sob essa perspectiva se justifica a importância central do conteúdo audiovisual e foi possível trabalhar pela efetivação da ANCINE e vinculá-la ao MINC. Também foi possível buscar aproximação com o BNDES ou a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para articular a criação de mecanismos de fomento para o setor cultural e audiovisual.

Mais do que pensar a complexidade da cadeia, ou das cadeias produtivas que compõem a indústria audiovisual, a perspectiva da economia da cultura permite observar as especificidades e ramificações de suas relações sócio-econômicas e culturais. Desse processo, podem surgir políticas públicas mais eficazes e de efeito sistêmico, que alavanquem e qualifiquem os múltiplos benefícios que a cultura e o audiovisual podem gerar para a sociedade. A Figura 02 ilustra como a partir do desenvolvimento da indústria audiovisual também podem ser impulsionados, quantitativa ou qualitativamente, outros segmentos culturais, a educação, a tecnologia e

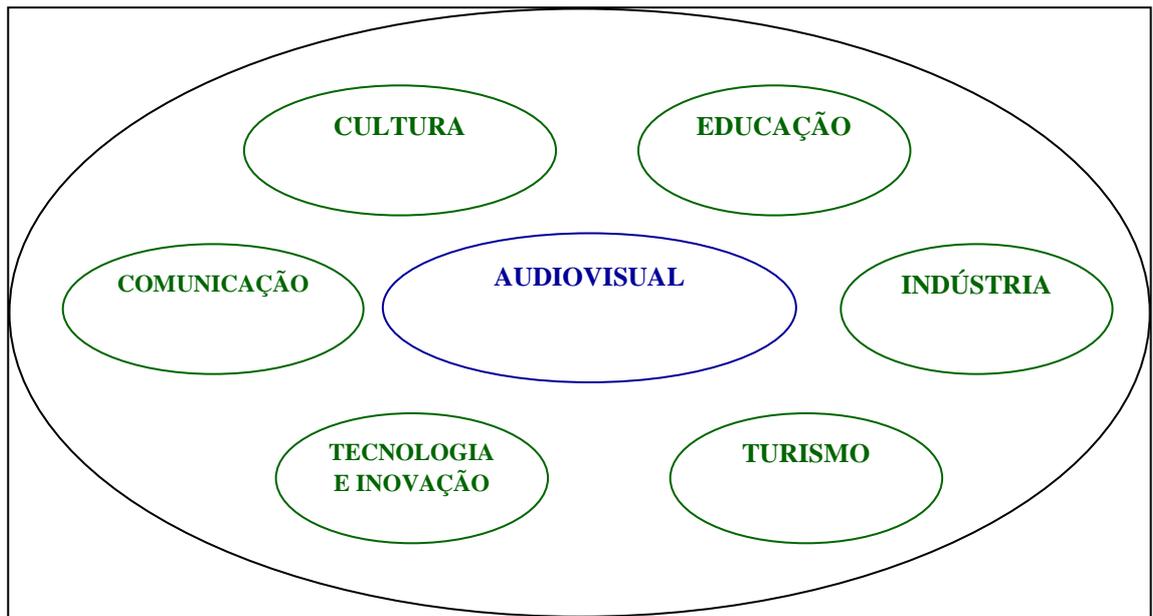
a inovação, a comunicação, o turismo, segmentos indústrias, dentre outros setores da sociedade. A Figura 03 permite refletir como o desenvolvimento do segmento audiovisual, como parte do setor cultural, exige que se pensem suas relações sócio-econômicas para além de uma lógica linear ou encadeada entre criação, produção e difusão. Parece mais adequada uma lógica de rede produtiva multi-ramificada, onde se destaca a centralidade da criação, produção e difusão de conteúdos culturais para o consumo público, mas também são importantes conexões com política e regulação, gestão cultural, fomento, pesquisa e informação, formação e memória.

Figura 01: Cadeia produtiva audiovisual



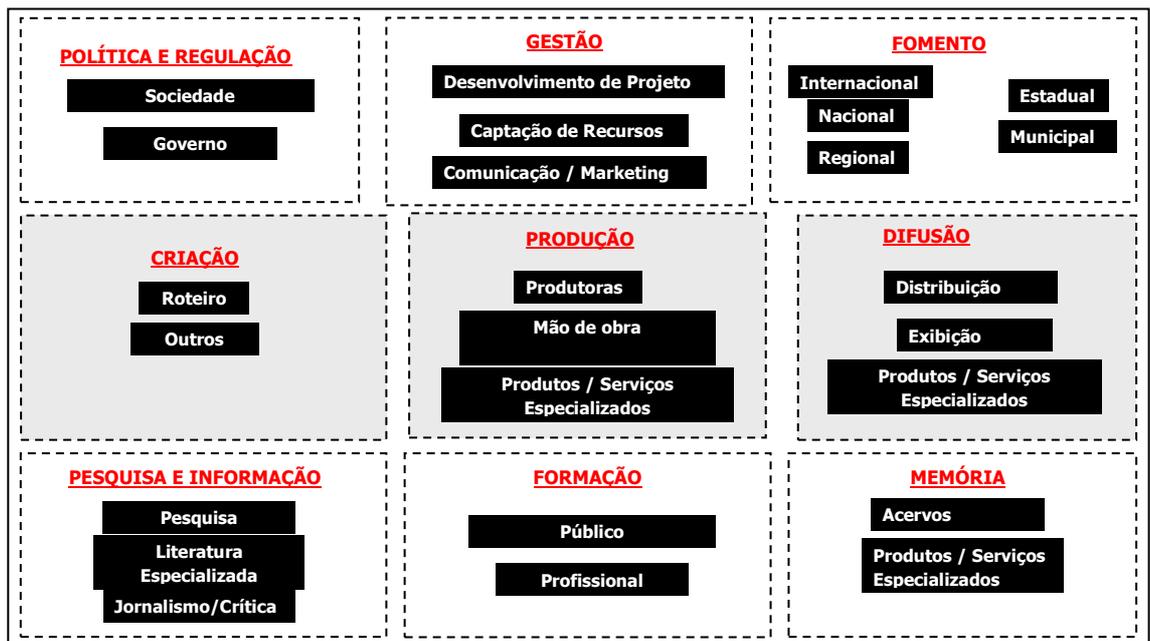
Categorias de produção
Cinema é a expressão de obras de ficção ou documentários destinados, em primeiro lugar, a serem exibidos em sala (longas ou curtas-metragens).
Programa de televisão (filmes oriundos do cinema , filmes feitos para a televisão, séries ou novelas, documentários, espetáculos ao vivo, telejornais, <i>talk shows</i> , serviços educacionais) é uma obra destinada em primeiro lugar a ser difundida na televisão aberta ou por assinatura.
Vídeo é uma obra gravada em fita magnética ou em formato, ou disco (DVD), digital e destinada a ser vendida ou alugada para uma utilização privada (há a ênfase na comercialização de cinema e programas de televisão).
Multimídia são produtos que integram, num mesmo suporte eletrônico, imagens, sons e textos, correspondendo a produtos originais ou provenientes de outras mídias: cinema , imagens de televisão, documentários, informação complementar, entrevistas, etc. O suporte tanto pode ser em linha – Internet – como fora de linha – DVD, CD.

Figura 02: Efeitos multiplicadores da indústria audiovisual



Fonte: elaboração própria (2007).

Figura 03: Redes produtivas e economia da cultura



Fonte: SECULT-DESENBAHIA (2009).

GOVERNO LULA, FINANCIAMENTO E PROFISSIONALIZAÇÃO

Apesar do avanço na base de concepção das políticas culturais ter se dado desde 2003, com a assimilação institucional da perspectiva da economia da cultura, foi só, em 2006, que surgiram mecanismos de financiamento mais arrojados e de efeito sistêmico.

Na primeira metade do governo Lula, predominaram mecanismos não reembolsáveis baseados em renúncia fiscal ou a oferta de editais ou concursos públicos

para a produção, no fomento ao segmento audiovisual. Contudo, diante da perspectiva de estimular a sustentabilidade da indústria brasileira e da rentabilidade alcançada por empresas do audiovisual, crescia a necessidade de criar mecanismos que estimulassem o risco e a profissionalização. Em 2006, em articulação com o MINC, BNDES e ANCINE lançaram novos instrumentos de financiamento com essa finalidade, respectivamente: Programa para o Desenvolvimento da Economia da Cultura (BNDES PROCULT) e Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

O FSA, que conta com recursos da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE)², foi lançado em 2006, mas começou a operar em 2009, aplicando R\$ 74 milhões na a) produção de longas-metragens para o cinema, b) produção de obras audiovisuais para a TV, c) aquisição de direitos de distribuição de longas-metragens e d) comercialização de longas metragens para cinema.

O FSA tem como foco o apoio a empreendimentos sustentáveis e é destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva audiovisual. Verifica-se que com suas quatro linhas iniciais de atuação, operadas pela FINEP, o FSA atingiu os três elos da cadeia, incluindo o fomento à distribuição e exibição, e não se restringindo só a produção. Além do que o Fundo atua como um investidor dos empreendimentos, estimulando o risco, quebrando a lógica passiva estimulada pelas leis de incentivo.

O FSA é gerido por um Comitê Gestor composto por representantes do MINC, ANCINE, BNDES e FINEP, e da classe audiovisual. Suas diretrizes são apontadas na Figura 04, onde convém destacar o estímulo a profissionalização.

Também em 2006, após criar um departamento específico para o fomento da economia da cultura, o BNDES lançou o Programa PROCULT, linha de financiamento reembolsável para investimentos na produção, infra-estrutura, distribuição, comercialização e exibição audiovisuais, que realizou 20 operações de crédito, de quase R\$ 90 milhões, até o final de 2009. Recentemente, em 2010, o PROCULT teve o escopo ampliado para atender outras atividades culturais, como o segmento editorial e de espetáculos ao vivo, e teve seu mix de instrumentos financeiros ampliado, hoje envolvendo financiamento, renda variável e apoio não reembolsável. O Gráfico 01 mostra como as aprovações do BNDES PROCULT para o segmento audiovisual até

² Que incide sobre a veiculação, a produção, o licenciamento e a distribuição de obras cinematográficas e videofonográficas com fins comerciais, por segmento de mercado a que forem destinadas.

dezembro de 2009 foram distribuídas entre os diversos elos da cadeia (produção, distribuição, exibição, infra-estrutura), tendo um efeito sistêmico.

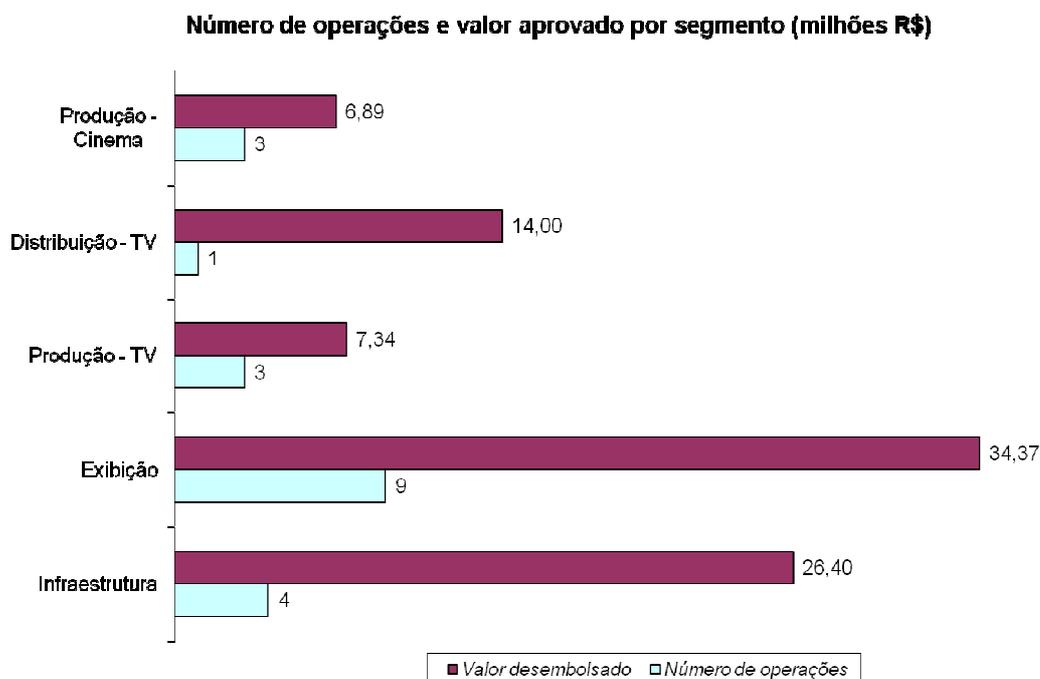
É interessante também registrar que, desde que foi criado do Departamento de Economia da Cultura (DECULT), em 2006, houve reformulação na execução do Edital BNDES para a produção cinematográfica, passando a ser cobrado maior profissionalismo das produtoras participantes. Passou-se, por exemplo, a exigir planos de negócio e a estimular e privilegiar uma perspectiva estratégica, envolvendo uma carteira de filmes, ao invés de projetos pontuais.

Figura 04: Diretrizes do FSA

- Melhorar a posição competitiva das empresas brasileiras independentes de cinema e de audiovisual nos mercados interno e externo;
- Atuar em gargalos existentes no setor audiovisual;
- Ampliar o consumo dos produtos brasileiros do cinema e do audiovisual;
- Estimular modelos de negócios menos dependentes de recursos públicos e compartilhar os riscos inerentes da atividade audiovisual entre os agentes públicos e privados;
- Aperfeiçoar a competência artística, técnica, gerencial e financeira das empresas brasileiras do cinema e do audiovisual;
- Estimular a produção de conteúdo cinematográfico e audiovisual com alto grau de competitividade nos mercados doméstico e internacional;
- Aperfeiçoar a capacitação profissional do setor audiovisual.

Fonte: Ancine (2011).

Gráfico 01: Aprovações do PROCULT para audiovisual até 2009



Fonte: BNDES (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de mecanismos como o FSA e o BNDES PROCULT, em 2006, parece ter inaugurado um novo estágio para as políticas de desenvolvimento da indústria audiovisual no Brasil. Eles trouxeram uma perspectiva sistêmica, quebrando a lógica anterior do fomento se concentrar excessivamente na produção. Tais mecanismos agregaram valor especialmente no fomento à comercialização, impulsionando a distribuição e exibição de filmes brasileiros e aproximando as produtoras das distribuidoras, estimulando a profissionalização desta relação. Outros mecanismos de fomento do MINC têm ativado diferentes elos da rede audiovisual, aprimorando a memória, a formação ou a gestão de projetos, buscando dar efeito sistêmico à ação das políticas culturais (Figura 03).

A evolução das políticas culturais de financiamento à cultura e ao audiovisual em nível federal tem influenciado políticas estaduais. Na Bahia, a parceria entre a Secretaria de Cultura (SECULT) e a Agência de Fomento da Bahia (DESENBAHIA) tem avançado em bases similares. Desse trabalho resultou a celebração de acordo entre o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB) e a ANCINE para a formatação e execução de um Programa Especial de Fomento (PEF) no Estado, onde estão previstas ações de financiamento não reembolsável à produção, distribuição e exibição, associadas a oficinas de capacitação para os agentes produtivos contemplados.

REFERENCIAS

ANCINE – Agência Nacional de Cinema. Home Page Institucional. Disponível em <<http://www.ancine.gov.br>>. Acesso em 20 mar. 2010.

BNDES – O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Home Page Institucional. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 20 mar. 2010.

Filme B. Rio de Janeiro, set. 2009. 42 p. Festival do Rio.

MATTA, João Paulo Rodrigues. **Análise Competitiva da Indústria Cinematográfica Brasileira no Mercado Interno de Salas de Exibição, de 1994 a 2003**. 2004. 296 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. Marcos históricos da indústria cinematográfica: hegemonia norte-americana e convergência audiovisual. **Recôncavos**, v. 3, p. 66-78, 2009.

_____. Políticas Públicas Federais de Apoio à Indústria Cinematográfica: um histórico de ineficácia na distribuição. **Revista Desenbahia**, v. 8, p. 55-69, 2008.

MARSON, Melina Izar. Cinema e Políticas de Estado: da Embrafilme a Ancine. In: MELEIRO, Alessandra (Org.). **Indústria Cinematográfica e Audiovisual Brasileira**. São Paulo, Escrituras Editora e Distribuidora de Livros, v. 1, 2009.

MIGUEZ, Paulo. Alguns Aspectos do Processo de Constituição do Campo de Estudos em Economia Da Cultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM ECONOMIA DA CULTURA. Recife, FUNDAJ, jul. 2007. . Disponível em:

<<http://www.fundaj.gov.br/geral/ascom/economia/paulomiguez2.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2010.